

Profissionais das finanças na Antiguidade romana: os *faeneratores* no final da República e no início do Império

Finance professionals in ancient Rome: The *faeneratores* at the end of the Republic and early Empire

Deivid Valério Gaia

dvguia@hotmail.com

Resumo: Os estudos sobre os profissionais do mundo das finanças e da economia romana ainda são muito elementares devido à falta de documentação sobre o tema, e devido também à diminuição de estudos sobre história econômica e social do trabalho. A elite romana, grande produtora das fontes que chegaram até nós, tinha grande menosprezo pelas atividades técnicas, sejam elas quais fossem; as atividades ligadas às finanças, como a dos emprestadores profissionais de dinheiro, os chamados *faeneratores*, eram tidas como as mais desprezíveis. Os historiadores contemporâneos se debruçaram largamente sobre o tema dos bancos e banqueiros, mas um profissional do mundo das finanças, conhecido como *faenerator*, ainda não recebeu a atenção merecida por parte deles, porque durante muito tempo não era visto como um profissional, e sim como executor de uma atividade financeira esporádica que poderia ser desenvolvida por qualquer pessoa. O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações a partir da perspectiva da história econômica e social sobre a profissão de emprestadores de dinheiro a juros, os *faeneratores*; sobre a forma como eram socialmente vistos pela elite romana; sobre o nível de especialização e, enfim, sobre o impacto econômico e social desta atividade dentro da *urbs*. Tal estudo parte da análise da documentação escrita de finais da República (século I a.C.) e do início do Império Romano (século I d.C.), e da análise da historiografia contemporânea sobre os profissionais técnicos das finanças na Antiguidade.

Palavras-chave: banqueiros, agiotas, *faenerator*, empréstimo a juros, economia antiga.

Abstract: Studies about finance and economy professionals in ancient Rome are still very elementary due to the lack of sources about the topic and also the decreasing number of studies on economic and social labor history. The Roman elite, producer of most sources available nowadays, had much contempt for technical activities, whatever they were. Financial activities, like the one exercised by professional money lenders, the so-called *faeneratores*, were among the most despised. Contemporary historians have thoroughly researched banks and bankers, but the finance world professionals called *faeneratores* have not yet received the deserved attention because for a long time many historians considered them not a professional category but practitioners of a sporadic activity that could be carried out by anyone. In that sense, this article intends to discuss some perspectives from economic and social history on money lenders, the *faeneratores*, how they were regarded by the Roman elite, their level of expertise and the economic impact their activity had inside the *urbs*. To do so, the article analyzes the documentation from the Late Roman Republic to the Early Empire and the historiography about these finance professionals in Antiquity.

Keywords: bankers, loan sharks (moneylenders), *faenerator*, interest loans, ancient economy.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Largo São Francisco de Paula, 1, Sala 211 A, Centro, 20051-070, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A noção de trabalho e a historiografia em torno das profissões no mundo romano

Os romanos não deixaram tratados sobre a contabilidade, nem sobre os bancos e o comércio. Eles não escreveram reflexões gerais sobre o mundo da economia e das finanças (se escreveram, estas não chegaram até nós). Nestas condições, perguntamo-nos, frequentemente: como os profissionais encarregados das finanças eram formados? Na República, os magistrados que eram oficialmente responsáveis pelos negócios financeiros eram, em sua maioria, muito ignorantes com relação aos assuntos específicos da vida econômica e financeira; eles eram políticos eleitos para o cargo sem especialização ou estudo técnico. É importante levar em consideração que a formação do homem romano estava mais voltada para a retórica, a filosofia, a história, a literatura e para a filologia, e assuntos ligados à vida profissional técnica não eram de interesse da elite. Nas grandes escolas de direito de Beirute e mais tarde nas escolas de Constantinopla, nem a contabilidade, nem a economia foram identificadas como disciplinas (Nicolet, 1988, p. 123).

De modo geral, as finanças eram confiadas a jovens magistrados no início de carreira, os questores. Já a gestão do tesouro estava sob a responsabilidade de escribas profissionais, dos quais alguns eram libertos (ex-escravos). Seus conhecimentos com relação à vida financeira eram adquiridos, muito provavelmente, pela prática, porque foram à escola com os seus mestres ou porque aprenderam estas questões na casa do mestre. Durante o Principado (I d.C.-III d.C.), as grandes decisões que tocavam a economia, de ordem fiscal ou monetária, eram tomadas pelo *princeps*² e pelo seu conselho, e raramente eram debatidas no Senado. Até o principado de Adriano (de 117 a 138 d.C.), o responsável pelas finanças do príncipe era, de modo geral, um liberto da casa imperial (Nicolet, 1988, p. 125). Estes eram muito conhecidos pelo poder que tinham no controle das finanças. Segundo o autor da *História Augusta*, Adriano, antes de ser imperador, seduzia os libertos de Trajano para obter vantagens (*Adriano*, 4.5). Eram profissionais técnicos especializados em assuntos econômicos e financeiros e constituíam, até Adriano, a alta burocracia estatal romana.

Como imperador, Adriano reforçou o aparelho administrativo: criou uma verdadeira carreira profissional para a ordem equestre³. Esta ficou incumbida dos mais altos postos administrativos ligados à economia e finanças do Império que, antes, eram ocupados por libertos imperiais; introduziu os juristas no seu conselho, transformando o Conselho do Príncipe (*consilium principis*) em um órgão oficial de governo formado por funcionários altamente qualificados que recebiam em torno de 100 mil sestércios (*Adriano* 18 e 22). Foram os primeiros funcionários pagos e especializados do Império Romano.

Antes de Adriano, talvez existissem profissionais ou homens da elite experientes aos quais o príncipe recorria para resolver questões econômicas, como as finanças do Estado e a circulação monetária. Um exemplo deste tipo é o de Nerva, amigo de Tibério, que se suicidou porque este não ouviu seus conselhos e restabeleceu uma antiga lei de César para a resolução da crise financeira de 33 d.C. (Tácio, 6. 16-17). O restabelecimento da lei só recrudescer a crise. Acreditamos que graças às reflexões financeiras deste mesmo meio de conselheiros econômicos foi que Tibério colocou a lei em vigor e depois emprestou dinheiro sem taxas de juros para aumentar a circulação monetária, resolvendo a crise (Gaia, 2009).

O debate em torno da história social e econômica das profissões técnicas para o mundo antigo ainda é muito elementar, sendo um campo que está aberto às novas contribuições. Os estudos deste gênero para o mundo antigo pouco se desenvolveram, e há vários fatores para explicar esta falta de desenvolvimento: a crescente falta de interesse dos historiadores contemporâneos pelos temas ligados à história econômica desde os últimos 20 anos, a falta de documentação existente que se deve, sobretudo, à falta de interesse dos próprios homens da Antiguidade pelas profissões.

Durante a República e o Império Romano, a noção de trabalho, como algo profissional (ou o que hoje chamamos de trabalho científico), não era admirada pelos autores da época que tinham como filosofia de vida, na maioria dos casos, o *otium cum dignitate*⁴. Vamos abordar rapidamente a noção de *otium* para compreendermos melhor a questão do trabalho na Antiguidade. *Otium*, traduzida literalmente para o português como ócio, é polissêmica para o mundo antigo, mas invocava, sobretudo, a noção de tempo livre: tempo este que devia ser utilizado de modo digno, com estudos, com assuntos políticos, com o cultivo das boas

² *Princeps* (sing.), *principes* (pl.), vem do termo (o primeiro do Senado), o primeiro homem, o mais eminente, o primeiro chefe. Durante a época imperial, a partir de 27 a.C., o termo começou a ser utilizado para designar o primeiro imperador de Roma, Otávio Augusto.

³ Em Roma, havia duas ordens dirigentes importantes: a primeira era a ordem senatorial (*ordo senatorius*), composta pelos senadores e suas famílias; a segunda era a ordem equestre (*ordo equester*), a ordem dos cavaleiros.

⁴ Cícero (*Pro Sestio* 45. 98 tradução minha): *Id quod est praestantissimum, maximeque optabile omnibus sanis et bonis et beatis, cum dignitate otium*. "O que está em primeiro lugar e o que é mais desejado por todos os homens sábios, virtuosos e de mente saudável é o ócio com dignidade".

amizades, com o culto aos deuses e às mais diversas formas de arte (poesia, literatura, oratória, etc.). A palavra nasceu no contexto militar para designar os dois rigorosos meses de inverno nos quais os soldados não trabalhavam, janeiro e fevereiro: meses do *otium*. Nestes meses, os soldados se dedicavam às suas atividades individuais ou ao descanso. *Otium* também tinha como sentido o tempo dos aposentados, que se dedicavam, depois da vida ativa, às atividades mais dignas da alma humana: a leitura, os estudos. O conceito *otium* estava ligada ao cultivo das boas virtudes, não tendo a conotação de preguiça que se tem na nossa sociedade. No entanto, é preciso notar que o exercício do *otium* exclui as atividades técnicas, sejam elas ligadas às finanças ou à medicina, contabilidade, engenharia, etc. A ideia do *otium* trazia consigo uma conotação de qualidade de vida que se distanciava dos negócios, do comércio, dos afazeres obrigatórios da vida cotidiana⁵. A negação do *otium*, portanto, para os antigos romanos, convertia-se na palavra (neg + *otium*) *negotium*, que traduzimos em português como negócio. Estas concepções tornavam a vida profissional técnica algo não desejado pelas elites.

Cícero, no século I a.C., ao escrever conselhos ao seu filho, faz a distinção entre atividades de honra (*liberales*, em latim), dignas de um cidadão, e as desprezíveis (*sordidi*, em latim). Ele elenca todas as atividades profissionais técnicas como desprezíveis, não dignas de um homem livre e, sobretudo, indignas das duas ordens dirigentes romanas, a equestre e a senatorial. O profissional que é o foco do nosso estudo, o *faenerator*, prestador de dinheiro profissional, é um dos primeiros a ser citado por Cícero como profissão desprezível. Também entram na lista de profissões *sordidi*: os cobradores de impostos; os trabalhadores que ganhavam salários (que vendiam sua mão de obra e não a sua arte), para os quais o salário era o preço da servidão; os pequenos comerciantes, que compravam e revendiam objetos; os artesãos que trabalhavam em ateliês; as profissões que tinham como objetivo satisfazer os prazeres, como os cozinheiros, açougueiros, pescadores, perfumistas, prostitutas, dançarinos, artistas de teatro e mímica, etc. Quanto aos grandes comerciantes, médicos, arquitetos e professores de coisas honestas, por serem úteis, exerciam profissões menos desprezíveis. De todas as atividades profissionais, a única totalmente digna de um homem livre era a agricultura (Cícero, *De officiis* 1. 42).

Este texto de Cícero, de base estoica e de cunho moralista, tem uma dimensão social importante e provinha ou até mesmo fundamentava a falta de motivação para os romanos desenvolverem atividades técnicas profissionais, pelo menos no que tange ao discurso. A visão de Cícero

é compartilhada por quase todos os membros da elite romana. No século I d.C., Columela inicia sua obra *De Re Rustica* muito indignado por conta da proliferação de profissões técnicas como banqueiros, emprestadores de dinheiro (*faeneratores*), comerciantes, cabeleireiros, perfumistas, etc., que deveriam estar trabalhando a terra, mas preferiram encher a cidade de butiques (Columela, 1). Sêneca, na época de Nero, julgava todo trabalho braçal como desprezível, pois era visto como vulgar (Sêneca, 88. 21). A condenação dos trabalhos técnicos, sobretudo os manuais, era um traço característico da elite romana.

Ao lermos estes autores, entendemos como se estruturava o desprezo dos romanos ricos pela noção de trabalho, impedindo que eles escrevessem sobre o assunto. Isso dificulta o trabalho de historiador porque as fontes que chegaram até nós são oriundas, em sua maioria, das elites, e estas se distanciavam, ao menos no discurso, dessas atividades. As informações que temos são sempre indiretas ou vêm da cultura material, mas, às vezes, são difíceis de serem interpretadas pela falta de elementos de base. O desprezo dos romanos pelo trabalho é um traço visível daquela sociedade, mas isso não quer dizer que eles vivessem na autarquia⁶, como, muito frequentemente, foi defendido pela historiografia tradicional. A elite se interessava pelo grande comércio – comércio marítimo – e pelo empréstimo de grandes quantias de dinheiro – geralmente no seio da própria elite ou para elites estrangeiras –, como veremos mais à frente e como também, brilhantemente, defendeu Paul Veyne em seu artigo sobre o mito da autarquia romana (Veyne, 1979, p. 278-279). No entanto, o fato de mostrarmos, hoje, que a elite não viva na autarquia não prova que ela tivesse algum apreço pelo trabalho técnico, atividade que continuou ignorada até a época de Adriano, quando houve a instalação do alto funcionalismo.

Esta falta de interesse pelo trabalho técnico, segundo Moses Finley, foi um dos fatores que contribuiu para o lento desenvolvimento da economia antiga, tornando-a *embedded*, ou seja, encastrada, incrustada em hierarquias e *status* sociais, limitada no seu desenvolvimento (Finley, 1973). Este conceito foi cunhado pelo antropólogo K. Polanyi para desenvolver suas teses sobre o primitivismo das economias antigas (Polanyi, 1944). Para Finley, o apego ao *status* e a aversão ao trabalho da elite romana tinham como consequência direta a falta de desenvolvimento tecnológico. O autor defende que a elite continuou tendo seu prestígio baseado na terra.

Hoje em dia, a tese de Finley e de seus seguidores já não encontra tanto eco, pois é sabido que, muito embora a elite não tivesse apreço pelo trabalho técnico, ele nunca

⁵ Vide os trabalhos de André (1966) e Bragova (2016), que desenvolveram estudos sobre a noção de *otium*.

⁶ Aqui, autarquia é entendida como autossuficiência.

deixou de existir e nem de se desenvolver. No que tange ao mundo das finanças, havia todo um leque de possibilidades de trabalho especializado. Vamos citar alguns estudos importantes que foram desenvolvidos nos últimos anos e mostram a lenta abertura dessa diversidade.

O desinteresse pela história econômica, infelizmente, prejudicou muito os estudos sobre as profissões e profissionais da Antiguidade. No entanto, hoje, devido à aproximação da história econômica com a antropologia e devido ao legado da história cultural, pouco a pouco, os estudos sobre história econômica e social do mundo antigo têm sido objeto de maior interesse por parte dos estudiosos. Podemos citar como exemplo os trabalhos de Nicolas Tran, que têm sido uma referência nos estudos sobre o estatuto do trabalho dos artesãos e dos comerciantes em todo o Ocidente romano do século I a.C. ao século I d.C. (Tran, 2013). Outro historiador que tem desenvolvido um trabalho importante sobre os profissionais técnicos é Nicolas Monteix, que tem empreendido pesquisas sobre o sistema de produção ligado às lojas e ateliês da cidade de Herculano (Monteix, 2010). Em 2011, Monteix e Tran organizaram a obra intitulada “Os saberes profissionais das pessoas de *métier*”, que reúne vários artigos sobre os profissionais urbanos do Império Romano: padeiros, cozinheiros, pintores, tecelões, bombeiros, ourives (Tran e Monteix, 2011). Recentemente, foi publicado o livro de Gérard Minaud sobre a contabilidade romana. Nesta obra, o trabalho técnico e profissional do contador é colocado em destaque dentro dos limites das fontes romanas para o estudo deste profissional (Minaud, 2005).

O estudo que mais se aproxima deste artigo e que constitui, sem sombra de dúvida, um modelo tanto teórico quanto metodológico no qual nos inspiramos é o de Jean Andreau sobre os profissionais bancários. Claude Nicolet, orientador de Andreau, já desenvolvia trabalhos neste sentido nos anos 1950 e 1960 quando estudou os censores e os publicanos, focando em suas atividades profissionais – mesmo levando em conta que não formavam um grupo de profissionais homogêneos – de serviços prestados ao Estado romano no tocante à vida financeira e econômica (Nicolet, 2000). O trabalho de Andreau foi além do de Nicolet, pois abordou o quadro específico da profissionalização do banqueiro, partindo de exemplos práticos, como o banco do Senhor Jocundo na região de Pompeia (Andreau, 1974) e os arquivos dos homens de negócios, na região de Pompeia, da família dos *Sulpicii* (Andreau, 1994), a partir do estudo das tabuinhas de Murcina. Andreau apresentou a distinção entre os diferentes

profissionais bancários romanos, que se diferenciavam da seguinte forma em suas respectivas especialidades: (1) o *argentarius* oferecia o trabalho de banco de depósito, realizava as operações de câmbio e, a partir do século I a.C., participava ativamente dos pregões de leilão; (2) o *nummularius*, a partir de Augusto até a primeira metade do século II d.C., fazia o câmbio das moedas e, posteriormente, tornou-se o banqueiro especializado no depósito; (3) o *coactor* era responsável por cobrar as somas dos devedores e devolvê-las ao credor e, por isto, ganhava uma comissão; (4) o último é o *coactor argentarius*, que desempenhava a função do *coactor* e do *argentarius* (Andreau, 1987).

Embora as pesquisas aqui apresentadas tenham demonstrado uma preocupação com o estudo das profissões técnicas ligadas à vida econômica e financeira, ainda hoje não há um estudo que apresente outro profissional das finanças muito importante, o *faenerator* – que se diferenciava do *argentarius*, *nummularius*, *coactor* e do *coactor argentarius* –, pois seu nicho específico era o empréstimo de dinheiro a juros para privados e estava fora do ramo de empréstimos no quadro dos leilões onde os banqueiros tradicionais atuavam. Por ser um tema muito específico da vida financeira romana, pouco estudo foi desenvolvido em torno dele, mas ele merece destaque porque mostra o quanto as atividades financeiras eram bem desenvolvidas e o quanto as especialidades eram bem definidas, haja vista que se inseriam dentro da própria demanda de organização dos assuntos financeiros em Roma.

O *faenerator*: um profissional das finanças que se ocupava especificamente do empréstimo de dinheiro a juros

A palavra *faenerator* ou *fenerator* deriva da palavra *faenus*, que em latim quer dizer juros. À primeira vista, esta palavra pode designar qualquer tipo de credor, todo homem que emprestava dinheiro a juros. Desde a época de Catão, no final do século III e início do século II a.C., esta palavra começou a ganhar um sentido pejorativo ligado ao emprestador de dinheiro profissional⁷. A partir do século II a.C. e sobretudo no século I a.C., a palavra *faenerator* aparece com um sentido profissionalizante. No entanto, para evitar confusões, vamos dividir os *faenatores* em duas categorias homônimas: (1) aqueles que faziam da prática de empréstimo de dinheiro a juros o seu próprio sustento, e que eram especializados neste trabalho, que vamos chamar

⁷ No Brasil, a atividade exercida pelo agiota é a que mais se aproxima da do *faenerator*. A diferença é que no Brasil a agiotagem é crime. Na Antiguidade, o *faenerator* desenvolvia sua atividade juntamente com os banqueiros, e eles se diferenciavam em suas especialidades: enquanto o banqueiro recebia depósitos, emprestava dinheiro no contexto dos leilões e fazia o câmbio, o *faenerator* emprestava dinheiro a juros a privados e de modo profissional.

a partir de agora de *faeneratores* profissionais; (2) membros da elite – equestres, senadores e notáveis municipais – que emprestavam dinheiro a juros de modo esporádico e não retiravam desta prática o essencial de seus recursos, mas a usavam como uma forma complementar de obter riqueza. Podem aparecer na documentação como *faeneratores*, mas não no sentido profissional. Como não há equivalente para a palavra *faenerator* em português, continuaremos a designar esse profissional pelo nome em latim.

Este profissional era conhecido tanto na parte ocidental quanto na parte oriental do Mediterrâneo. No século II d.C., o grego Apiano (1. 54. 232-39), de Alexandria, ao escrever sobre a crise financeira de 89 a.C., chamou os emprestadores profissionais de dinheiro de δανειστής – *daneistes*. Dois textos latinos escritos sobre a mesma crise, mais ou menos cem anos antes, um de Tito Lívio e outro de Valério Máximo (Valério Máximo, 9. 7. 4.), apresentam os mesmos profissionais sob o nome de *faeneratores*. Tito Lívio utiliza a expressão *qui faenerabant* (*Periochae*, 74). Portanto, podemos defender com segurança que os dois termos *faeneratores*/δανειστής são equivalentes.

A palavra *faenerator* pode significar o profissional das finanças que emprestava dinheiro a juros, mas também podia designar plebeus, patrícios, equestres, senadores, notáveis municipais que, esporadicamente, emprestavam dinheiro a juros. A partir disso surge muita confusão quanto ao estudo do conceito enquanto um profissional. Como podemos saber se o *faenerator* era mesmo profissional ou não? Primeiro, eles atuavam em um local definido, na *Basilica Aemilia* e o *Ianus Medius*, perto do fórum romano, e emprestavam dinheiro a qualquer tipo de pessoa que oferecesse caução e segurança, mas dificilmente sabemos o nome deles⁸. Os ricos romanos que exerciam esta função de vez em quando não se deslocavam a estes lugares para realizar empréstimos, e, de modo geral, os ricos emprestavam quantidades exorbitantes de dinheiro que podiam seguir as taxas de juros do mercado local, corrente na época, ou podiam, por meio de relações de *amicitia*, seguir taxas menores. Quando se trata de ricos romanos, quase sempre conhecemos os nomes, pois podiam ser chamados de *faeneratores* (pejorativamente ou não), mas não se constituíam, portanto, como profissionais.

O arquiteto Vitrúvio, na sua obra *Sobre Arquitetura*, escreve sobre as características da construção da casa do *faenerator* para lhe oferecer maior segurança, devido ao fato de ter em sua posse, às vezes, grande quantidade de dinheiro e tabuinhas de débitos que deveriam ser recebidos posteriormente (1. 2. 9; 6. 5. 2). Neste texto, Vitrúvio não se referia ao rico romano que emprestava dinheiro de vez em quando,

mas aconselhava diretamente o profissional emprestador de dinheiro. Se a categoria profissional não existisse, certamente ele daria conselhos para construir um cômodo específico na casa do senador ou do equestre que emprestavam dinheiro.

Por que não podemos chamar o emprestador de dinheiro das duas ordens dirigentes (equestre e senatorial) de profissional? Embora, como visto acima, muitos senadores e equestres emprestassem altas somas, eles não podem ser qualificados como *faeneratores* profissionais, pois esta atividade era para eles como qualquer outra atividade lucrativa; não dependiam dela para sobreviver e não a exerciam sempre. A base da fortuna da elite romana era o proveito que se tirava da terra. O empréstimo de dinheiro para a elite romana também era uma manobra política permanente para criar relações de poder, de dependência, o que chamamos de clientelismo e patronato, onde o devedor, de qualquer modo, deveria ser reconhecido ao seu credor, sobretudo se o empréstimo fosse realizado a taxas abaixo do preço de mercado. Além disto, o credor poderia cobrar a soma devida em qualquer momento.

Segundo Jean Andreau, não podemos designar os membros da elite como *faeneratores* porque “o estatuto de trabalho dos notáveis se caracteriza pela ausência total da noção de trabalho contratual, pela ausência de profissionalismo e pela livre escolha das atividades” (Andreau, 1999, p. 40). A atividade econômica era para os notáveis romanos um meio de assegurar os ganhos mais diversificados e suficientes para manter seus projetos políticos e pessoais. Um senador e um equestre jamais poderiam ser chamados de *argentarius*, *nummularius* ou *faenerator*, no sentido profissional, a não ser que fosse pejorativamente ou para demonstrar que eles se comportavam como um *faenerator* ao emprestar dinheiro a juros, mas isso não fazia deles profissionais. Talvez seja por isso que nunca uma inscrição epigráfica foi encontrada com o nome *faenerator*.

Nesse sentido, a contribuição de Jean Andreau é de grande importância para distinguir os profissionais das finanças romanas. Antes dos estudos de Andreau, historiadores, economistas e juristas tinham a tendência a classificar os *argentarii*, *nummularii*, *faeneratores*, especializados ou não, em uma única categoria: profissionais das finanças, mas sem distinção entre eles. Um exemplo desta confusão pode ser encontrado na obra de Claude Nicolet, quando ele assimilou os *argentarii* aos *faeneratores* como se eles praticassem a mesma atividade profissional. Nicolet colocou os *argentarii* e *faeneratores* na mesma coluna do quadro no qual apresentou os equestres *argentarii*, *faeneratores* e *negotiatores*⁹: “sur les 17 *argentarii* ou *faeneratores* [...] nous avons compté 6 chevaliers

⁸ Na documentação antiga há várias menções sobre o trabalho do *faenerator* nestes locais: Cícero (*De Officiis* 2. 90.), Horácio (*Sermonum* 2. 3. 18-20), Tito Lívio (41. 27. 12.) e Porfírio (2. 3. 18).

⁹ Comerciantes de modo geral, mas quando se trata de equestres, a palavra designava o grande comércio, ou seja, o comércio marítimo.

argentarii (feneratores) et negotiatores” (Nicolet, 1966, p. 364-372). Nos anos 1960, não se tinha ainda um conhecimento muito preciso destas atividades profissionais. Andreau define o *argentarius* como um banqueiro profissional de depósito que exercia seu *métier* na Itália ou em outra parte ocidental do Império Romano (Andreau, 1999, p. 285).

Royer confunde, frequentemente, os *faeneratores* com os *argentarii* e *negotiatores*. O autor sugere que o equestre Ático, amigo próximo de Cícero, era um *faenerator* profissional (Royer, 1967, p. 211). No entanto, fizemos uma pesquisa lexical, por palavra-chave, em todos os *corpora* latinos e não encontramos menção a este fato. Ático era um homem rico que renunciou à sua carreira política em Roma para se lançar nos grandes negócios, sobretudo na parte oriental do Mediterrâneo. Na Grécia, ele emprestou grandes quantias de dinheiro à cidade de Atenas, mas não como um *faenerator* profissional. De acordo com Cícero, Ático era tão rico que nenhuma crise política poderia torná-lo pobre (*Epistulae ad Atticum*, 11. 24. 2).

O *faenerator* não emprestava quantias tão altas quanto as de Ático. A atividade do *faenerator* profissional é local, passava-se em Roma, no entorno do fórum; não há menções de *faeneratores* profissionais fazendo transações financeiras com as províncias. Este tipo de grande comércio ficava a cargo de membros da elite, como é o caso de Bruto, que emprestou uma fortuna, à taxa de 48% ao ano, à cidade de Salamina de Chipre. A cidade não conseguiu pagar e instaurou-se um grande conflito financeiro, narrado por Cícero em algumas cartas a Ático (*Epistulae ad Atticum*, 5. 21. 10-12, do dia 13 de fevereiro de 50; 6. 1. 5-7, do dia 20-21 de fevereiro 50 e a carta 6. 2. 7, escrita entre os dias 1º e 7 de maio do mesmo ano¹⁰). Tal conflito implicava a existência de profissionais das finanças que foram intermediários da transação, os *negotiatores* M. Scaptio e P. Matínio. Também há muitos exemplos na época do Império envolvendo Sêneca e os britânicos, pois, segundo Tácito e Dion Cássio, Sêneca emprestava bastante dinheiro a altas taxas de juros para a Britânia, outras províncias e até mesmo para a Itália. Para Dion Cássio, na Britânia, foram tantas as revoltas por conta da dominação romana e dos empréstimos de dinheiro que acabaram por “preencher o Rio Tâmis e o mar de sangue” (62. 1-2.). Tácito acrescenta que Sêneca sangrou a Itália e as províncias com imensos empréstimos a altas taxas de juros (Tácito, 13. 42-43; 16. 30. 3).

Apesar dos *faeneratores* não emprestarem quantias de dinheiro tão grandes como as dos membros da elite, eles também podiam ser figuras temidas. As leis limitando

os juros ou proibindo o empréstimo eram sempre uma ameaça à profissão do *faenerator*. Contudo, por mais que tenham existido interdições esporádicas, o empréstimo de dinheiro a juros sempre fez parte da história social e econômica de Roma, desde seu início, à época da Lei das XII tábuas (450 a.C.), até o final, durante a época de Justiniano (de 527 a 565 d.C.).

O ano de 89 a.C. foi muito importante para a reafirmação deste profissional, pois foi uma época muito conturbada com uma crise financeira crescente devido à Guerra Social. O conflito foi apresentado com detalhes por Apiano (1. 54). O autor escreve que o ano de 89 a.C. foi muito difícil devido à eclosão de problemas financeiros, que se arrastavam desde 91 a.C., início da Guerra Social. Apiano relata que havia um conflito entre credores (*daneistes* – ele escreveu em grego) e devedores, pois os primeiros exigiam que as dívidas fossem pagas com altas taxas de juros (juros estes que desconhecemos numericamente já que o autor não revela o valor da taxa). Segundo Apiano, os profissionais do crédito emprestavam dinheiro apesar de uma lei que proibia o empréstimo a juros, sob pena de multa (1. 54. 232).

Os devedores faziam apelo a uma lei que proibia o empréstimo de dinheiro a juros e os *faeneratores* faziam apelo ao costume. Segundo Apiano, o empréstimo de dinheiro a juros era como uma prática antiga e imemorial. Sendo assim, os credores exigiam que as dívidas fossem reembolsadas em nome deste costume atestado desde os tempos mais remotos da história de Roma (1. 54. 234). Dessa forma, devedores e credores procuraram o pretor urbano Semprônio Assélio¹¹ (Valério Máximo, 9. 7. 4), que, após analisar as duas partes, tomou o partido dos devedores¹². A decisão do pretor só piorou o conflito, que foi enviado ao tribunal, no qual os juízes deveriam decidir entre a lei e o costume. O pretor urbano insistiu na aplicação da antiga lei para proteger os devedores, mas essa insistência trouxe danos ainda maiores, porque os credores, tomados pela fúria, num grande tumulto, assassinaram o pretor Assélio no templo do fórum, onde ele havia se refugiado.

Se um destes *faeneratores* fosse das ordens dirigentes, isto teria provocado um escândalo ainda maior, pois o pretor, um dos mais importantes magistrados do *cursus honorum* (a carreira das honras), foi assassinado dentro do templo do fórum. Além do sacrilégio, houve, neste caso, um crime contra as instituições republicanas.

O Senado se reuniu urgentemente a fim de resolver um conflito financeiro que virou político e, em nome das

¹⁰ Datas estas apresentadas por Albert Constant, tradutor das Cartas de Cícero a Ático da Les Belles Lettres.

¹¹ Era o pretor que se ocupava de problemas jurídicos.

¹² A decisão deste pretor foi muito rara, porque, de modo geral, a lei romana e os magistrados não protegiam os devedores, e as dívidas deviam ser sempre pagas; havia negociação dos juros, mas dificilmente os devedores tinham o apoio do pretor ou a anulação das dívidas.

instituições republicanas, anunciou, através do arauto, uma recompensa àqueles que fornecessem informações sobre o assassinato do pretor. Propuseram dinheiro aos homens livres, liberdade aos escravos e impunidade aos cúmplices. No entanto, nas palavras de Apiano, Roma foi tomada por um silêncio atroz; os *faeneratores* conseguiram jogar um véu sobre o caso e compraram o silêncio de todos (1. 54. 232-239). A partir deste episódio podemos observar a dimensão do poder e da influência desses personagens numa sociedade na qual, apesar de assassinares publicamente um magistrado, conseguiram comprar o silêncio das testemunhas oculares. Trata-se aqui, na nossa opinião, de *faeneratores* profissionais que, com bastante dinheiro e pela imposição do medo, conseguiram jogar um véu sobre o caso.

Em todos os casos de revoltas por conta do excesso dos juros, há sempre um *faenerator* envolvido. Citamos esta acima, mas há diversos outros exemplos. Para evitar conflitos sociais e crise financeira, a lei romana limitava os juros a 12% por ano (*centesimae usurae*). No entanto, os *faeneratores* encontravam formas de burlar a lei e emprestar a taxas ainda mais altas, fazendo contratos em valores altos e entregando dinheiro em menor quantidade, pois alguns textos de Horácio mencionam empréstimos de 60% feitos pelo *faenerator* Fufídio¹³ (*Sermonum*, 1. 2. 14). Se a taxa limite era de 12%, como o *faenerator* conseguia burlar a lei? Neste caso, leiamos este trecho abaixo:

Obviamente havia taxas de juros abusivas, mas justamente por serem abusivas e ilegais eram praticadas à margem da lei e de modo tácito. O devedor entrava no jogo de dominação financeira do credor (o faenerator). O problema é que, como era um ato contratual, o credor jamais deixaria provas contra si mesmo; então, possivelmente, o devedor tomava uma quantidade de dinheiro emprestada a 12% e isso se registrava no contrato, mas o devedor levava uma quantidade inferior à contratada, o que faz com que o juro final seja muito superior a 12% (Gaia, 2016, p. 127).

Durante o último século da República, todos os projetos de redução dos juros dos empréstimos dos *faeneratores* foram esquecidos, e nenhum foi concluído. Das tentativas de combate ao empréstimo de dinheiro a juros feito por profissionais, a de Catilina em 63 a.C. (Cícero, *Catilina* e Salústio, *Catilina*), depois a de Célio (César, 3. 20 e Dion Cássio, 42. 22) e Dolabella (Dion Cássio, 42. 29. e Tito Lívio, 113.) durante a Guerra Civil de 49-45 a.C., são as mais importantes, mas nenhuma

obteve êxito (vide Royer, 1967). Os romanos, tanto os ricos quanto os pobres, reclamavam da *violentia et crudelitas faeneratorum* (violência e crueldade dos *faeneratores*), ao ponto que Salústio escrever que, durante o conflito com Catilina, um senhor chamado Mânlio fez a seguinte reclamação: “Infelizes e miseráveis, nós que somos vítimas da violência e da crueldade dos *faeneratores*, pois perdemos quase tudo, nossa casa, nossa honra e nossa fortuna” (Salústio, 32.3; 34.1). Durante a crise financeira de 33 d.C., a decisão do Estado foi que os devedores deveriam vender todos os seus bens para quitarem suas dívidas. Não houve trégua, e os devedores eram quase todos da elite romana (Tácio, 6. 16-17). A lei romana sempre protegia o credor, o *faenerator*. Apesar das queixas, em todos os casos os *faeneratores* triunfaram.

A literatura romana é um espaço com fartas críticas aos *faeneratores* profissionais e à violência com que eles tratavam seus clientes. Muitos pesquisadores já se debruçaram sobre os problemas morais ligados ao empréstimo de dinheiro a juros e à atividade malquista do *faenerator*, mas de modo geral confundem o *faenerator* profissional com o emprestador de dinheiro da elite (Billeter, 1898, p. 134-138; De Martino, 1980, p. 143-150; Gabba, 1988, p. 30).

Os *faeneratores*, embora fossem importantes e imprescindíveis, não eram figuras amadas. Para Tácito, eles eram fonte de muitas discórdias (Tácito, 6. 16.). Para Plínio, o Antigo, a moeda se tornou uma fonte de ganância quando inventaram o empréstimo a juros (Plínio, 33. 48). Para Varrão, o *faenerator* era um avaro que tinha como objetivo ter lucro a partir do empréstimo de dinheiro realizado por pessoas necessitadas (Varrão, 37). Catilina, que era um grande endividado, estigmatiza o *faenerator* como grande produtor de violência e crueldade (Salústio, 33). Para Cícero, durante o processo de Célio, o *faenerator* sufocava a juventude romana, o que demonstra que seu nicho era de pequenas e médias fortunas (*Pro Caelio*, 42. Ver também Cícero, *Pro Sestio*, 18). Como foi apresentado no início deste artigo, Cícero considerava a atividade do *faenerator* como *sordida*, desprezível – menosprezável (*De Officiis*, 1. 150; 2. 89). Para Catão, o *faenerator* era pior do que o ladrão (Catão, 41)¹⁴. Segundo Apuleio, o *faenerator* Milão, apesar de ser rico, era avaro e desprezível (Apuleio, 1. 21. 15.). Horácio nos apresenta um caso engraçado do *faenerator* Ruso, que, ao ver o desespero de seus clientes, constrangia-os à obrigação de ler livros em voz alta, antes de fornecer o empréstimo (*Sermonum*, 1. 3. 83-89). Para Porfírio, este Ruso era um *faenerator* historiador, que obrigava seus clientes a ler suas histórias mal escritas, uma tarefa muito difícil. Tanto

¹³ Fufídio é o terceiro *faenerator* citado por Horácio.

¹⁴ No entanto, Plutarco nos revela que Catão emprestava muito dinheiro a juros e fez muito mal à Sardenha com seus empréstimos usurários (Plutarco 21. 6.).

Horácio quanto Porfírio apresentaram o *faenerator* de modo execrável (Porfírio, 1. 3. 86-89).

Poderíamos escrever muitas páginas sobre as críticas dos romanos, ricos e pobres, feitas aos *faeneratores*, mas essas já bastam, pois esses exemplos já são suficientes para observarmos como eles eram conhecidos e temidos. Podemos qualificá-los, aos olhos dos romanos, tomando emprestado dois termos de Porfírio: *tumultuosi* e *auari* (1.6.120-121; 1.2.14), ou seja, criavam grandes confusões e eram avaros. Horácio, por escrever muitas poesias sobre a vida cotidiana de Roma, apresentou vários exemplos de *faeneratores* que, infelizmente, por falta de espaço não poderemos explorar aqui (*Sermonum*, 1. 2. 1-17; *Carminum*, 325-332).

Para quem eles emprestavam dinheiro? Temos notícias nas fontes de que emprestavam para todas as camadas sociais, das mais abastadas até as mais baixas. Durante as crises financeiras, as reclamações aos *faeneratores* sempre vinham das camadas mais elevadas: na crise de 89 a.C., durante a Guerra Social, os endividados eram membros da elite; durante a crise de 63 a.C., na conjuração de Catilina, o próprio Catilina era o mais endividado juntamente com seus conjurados, todos ricos; durante a crise de 49-45 a.C., os endividados eram os próprios políticos ricos que propuseram o perdão das dívidas, Célio e Dolabella; durante a crise de 33 d.C., os endividados também eram membros da elite, mas isso não exclui as camadas mais pobres. Em todos os casos de crise, o alvo do conflito eram os *faeneratores* e suas taxas de juros (Gaia, 2013).

Seja lá para quem eles emprestassem, alguns continuavam a atividade de *faenerator* mesmo no inferno. Havia na Gália, em finais da República, mais especificamente em Marselha, uma crença de que a alma era imortal. Então, emprestava-se dinheiro aos mortos para, depois, receber no inferno¹⁵. O autor que descreveu o costume, Valério Máximo, não foi específico se se emprestava ao moribundo ou ao morto. Queremos acreditar que seja ao moribundo. De toda forma, o autor considera este costume como algo pouco inteligente (Valério Máximo, 2. 6. 11) e termina por apresentar o *faenerator* como ganancioso e avarento.

Conclusão

Qual o papel dos *faeneratores* na sociedade romana? Mostramos aqui que os *faeneratores* eram malvistas pela sociedade, e as narrativas que foram apresentadas neste artigo nos oferecem uma noção da sua imagem clássica. No entanto, na realidade, além de serem personagens indispensáveis para o funcionamento da economia, eles

movimentavam os mercados locais com seus empréstimos que podiam ser de pequeno ou médio portes. Para Sêneca, a sociedade romana era constituída por um grupo de endividados que, caso vendessem o que tinham para quitarem suas dívidas, ficariam sem nada (87. 1-8). Nesta sociedade endividada, o *faenerator* era de grande importância, porque ele ia ao encontro das necessidades dos pobres e, sobretudo, dos mais ricos. Através de seus empréstimos, que aparecem esporadicamente na documentação, podemos conhecer as taxas de juros e as suas variações do final da República até a época do Império, momento em que temos um maior número de menções a estes profissionais. A existência destes profissionais nos revela uma economia muito mais dinâmica, organizada e desenvolvida do que os primitivistas da escola de Moses Finley procuraram demonstrar.

Vale a pena repetir que, embora homens da elite emprestassem dinheiro a juros, eles não podem ser designados como *faeneratores* profissionais por conta do estatuto social de cada um. O trabalho na terra sempre foi o que mais honrou os romanos, mas isto nunca impediu que o trabalho profissional do *faenerator* prosperasse. Para Columela, o trabalho do *faenerator*, do *negotiator* e do advogado pode criar muita fortuna, mas esta é criada por meios pouco seguros e totalmente indignos do homem livre, e a dignidade deve ser buscada no trabalho com a terra. Quase todas as críticas ao emprestador de dinheiro vêm seguidas de um elogio ao trabalho do agricultor (Catão, 41.; Horácio, *Carminum* 2. 1-9 e Columela, 1. 8-9). Isto porque era do conhecimento de toda a elite que os romanos gostavam de investir nas duas formas de se obter dinheiro, na terra e no mercado de crédito, porque durante os momentos de crise financeira sempre se tinha uma queda do preço dos imóveis (da terra, sobretudo) e uma alta dos juros¹⁶. Assim, o romano que conseguia aplicar seu dinheiro nos dois casos acabava tendo benefícios em tempos de crise e em tempos de equilíbrio, diversificando entre a terra e os juros.

Enquanto o senador escondia seus empréstimos de dinheiro a juros (caso de Bruto em Salamina, citado acima) por considera-los uma atividade vergonhosa, o *faenerator* os ostentava porque esta atividade nunca foi ilegal do final da República até o fim do Império. A cada crise financeira, os *faeneratores* saíam mais fortes e mais ricos, porque nas crises eles potencializavam seus lucros e tornavam-se ainda mais importantes e “respeitados” (no sentido de temidos) por aquela sociedade. Sendo assim, esta atividade profissional triunfou e se tornou cada vez mais forte. Salvo raras exceções, a legislação sempre os

¹⁵ Valério Máximo (2. 6. 11), “*Auara et feneratoria Gallorum philosophia*”.

¹⁶ A famosa gangorra de preço de Adam Smith. Ver Tchernaia (2003, p. 133).

protegeu. Mesmo em momentos graves como o do assassinato do pretor, eles não foram sequer perturbados. Das crises conhecidas, todas as esperanças de perdão de dívidas foram derrubadas e as dívidas jamais anuladas. Os romanos tinham uma consciência de que precisavam dos *faeneratores* para tomar dinheiro emprestado nos momentos de necessidade: para satisfazer o luxo, para bancar as ambições políticas e outras necessidades pessoais e comerciais (de investimento). Os *faeneratores* foram um mal necessário, muito criticados, claro, mas jamais tiveram, no período estudado, suas atividades proibidas. Eles eram, portanto, profissionais das finanças que se diferenciavam de todos os outros (diferentes dos banqueiros – *argentarius*, *nummularius*, *coactor* – e dos *negotiatores*) e se definiam por sua especialidade: o empréstimo de dinheiro a juros.

Referências

- ANDRÉ, J.-M. 1966. *Lotium dans la vie morale et intellectuelle romaine des origines à l'époque augustéenne*. Paris, PUF, 576 p.
- ANDREAU, J. 1974. *Les affaires de Monsieur Jucundus*. Roma, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 387 p.
- ANDREAU, J. 1987. *La vie financière dans le monde romain: Les métiers de manieurs d'argent (IV^e siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.)*. Roma, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 790 p.
- ANDREAU, J. 1994. Affaires financières à Pouzzoles au I^{er} siècle ap. J.-C.: les tablettes de Murecine. *REL*, 72:39-55.
- ANDREAU, J. 1999. *Banque et affaires dans le monde romain: IV^e J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.* Paris, Du Seuil, 336 p.
- BILLETTER, G. 1898. *Geschichte des Zinsfusses im griechisch-römischen Altertum bis auf Justinian*. Leipzig, B. G. Teubner, 381 p.
- BRAGOVA, A. 2016. The concept cum dignitate otium in Cicero's writings. *Studia Antiqua et Archaeologica*, 22(1):45-49.
- DE MARTINO, F. 1980. *Storia economica di Roma antica I*. Firenze, La Nuova, 582 p.
- FINLEY, M.I. 1973. *The ancient economy*. London, Chatto & Windus, 222 p.
- GABBA, E. 1988. *Del buon uso della ricchezza: Saggi di storia economica e sociale del mondo antico*. Milano, Guerini e Associati, 235 p.
- GAIA, D.V. 2009. Abundância de liquidez e crise financeira em Roma: questões jurídicas e econômicas em torno das taxas de juros na época de Augusto e de Tibério. *História*, 28(2):571-602. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000200019>
- GAIA, D.V. 2013. *Pratiques financières dans le monde romain: le prêt d'argent et le taux d'intérêt du I^{er} siècle av. J.-C. au I^{er} siècle ap. J.-C.* Paris. Tese de Doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 760 p.
- GAIA, D.V. 2016. Os poderes públicos e o empréstimo de dinheiro a juros na Roma Antiga. *Phoenix*, 22(1):123-134.
- MINAUD, G. 2005. *La comptabilité à Rome*. Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 384 p.
- MONTEIX, N. 2010. *Les lieux de métier: Boutiques et ateliers d'Herculanum*. Roma e Napolis, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 478 p.
- NICOLET, C. 1966. *L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.-C.)*. Paris, De Boccard, 753 p.
- NICOLET, C. 1988. *Rendre à César: économie et société dans la Rome antique*. Paris, Gallimard, 317 p.
- NICOLET, C. 2000. *Censeurs et publicains, économie et fiscalité dans la Rome antique*. Paris, Fayard, 500 p.
- POLANYI, K. 1944. *The great transformation: The political and economic origins of our time*. New York, Farrar & Rinehart, 317 p.
- ROYER, J.P. 1967. Le problème des dettes à la fin de la République romaine. *Rev. Hist. Droit*, 45:191-240, 407-450.
- TCHERNIA, A. 2003. Remarques sur la crise de 33. In: E. LO CASCIO (org.), *Credito e moneta nel mondo romano: atti degli incontri capresi di storia dell'economia antica*. Bari, Edipuglia, p. 131-146.
- TRAN, N.; MONTEIX N. (org.). 2011. *Les savoirs professionnels des gens de métier romains: Études sur le monde du travail dans les sociétés urbaines de l'empire romain*. Napolis, Collection du Centre Jean-Bérard, 604 p.
- TRAN, N. 2013. *Dominus tabernae: le statut de travail des artisans et des commerçants de l'Occident romain (I^{er} siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.)*. Roma, Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 416 p.
- VEYNE, P. 1979. Mythe et réalité de l'autarcie à Rome. *Revue des Études Anciennes*, 81(3-4):261-280. <https://doi.org/10.3406/rea.1979.4063>

Fontes primárias

- APPIEN. 2008. *Bellorum Civilium. Guerres Civiles, livre I*. Texte établi et traduit par Paul Goukowsky, annoté par François Hinard. Paris, Les Belles Lettres, 212 p.
- APULEE. 1940. *Metamorphoses. Les Métamorphoses, Livres I-III*. Texte établi par D. S. Robertson et traduit par P. Valette. Paris, Les Belles Lettres, 240 p.
- CATONE. 2001. *Orationes. Orazioni*. Traduzione di Paolo Cugusi e Maria Teresa Sblendorio Cugusi. Torino, Unione Tipografica / Editrice Torinese, 190 p.
- CÉSAR. 1969. *Bellum Civile. La Guerre Civile, Livre III*. Texte établi et traduit par Pierre Fabre. Paris, Les Belles Lettres, 248 p.
- CICERON. 1968. *De Officiis. Les Devoirs, livre I*. Texte établi et traduit par Maurice Testard. Paris, Les Belles Lettres, 294 p.
- CICERON. 1926. *In Catilinam. Catilinaires, Discours, Tome X*. Texte établi par Henri Bornecque et traduit par E. Bailly. Paris, Les Belles Lettres, 160 p.
- CICERON. 1962. *Pro Caelio. Pour Caelius, Discours, Tome XV*. Texte établi et traduit par Jean Cousin. Paris, Les Belles Lettres, 418 p.
- CICERON. 1966. *Pro Sestio. Pour Sestius, Discours, Tome XIV*. Texte établi et traduit par Jean Cousin. Paris, Les Belles Lettres, 426 p.
- CICERON. 1936. *Epistulae ad Atticum. Correspondance, Tome III*. Texte établi et traduit par Albert Constans. Paris, Les Belles Lettres, 452 p.
- COLUMELLA. 1997. *De Re Rustica. L'arte dell'Agricoltura e libro sugli alberi*. Traduzione di Rosa C. Onesti, introduzione e note di Carlo Carena. Torino, Giulio Einaudi editore, 1060 p.
- DION CASSIUS. 2002. *Histoire romaine, livres 41 et 42*. Texte établi par Marie-Laure Freyburger-Galland, traduit et annoté par François Hinard et Pierre Cordier. Paris, Les Belles Lettres, 151 p.
- DION CASSIUS. 1867. *Histoire romaine, livre 62*. Texte établi, traduit et noté par R. Gros. Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, 867 p.
- HORACE. 1929. *Carminum. Odes et Épodes*. Texte établi et traduit par F. Villeneuve. Paris, Les Belles Lettres, 430 p.
- HORACE. 1932. *Sermonum. Satires*. Texte établi et traduit par F.

- Villeneuve. Paris, Les Belles Lettres, 220 p.
- HORACE. 1961. *Epistularum. Épitres*. Texte établi et traduit par F. Villeneuve. Paris, Les Belles Lettres, 260 p.
- PLINE, l'ANCIEN. 1983. *Naturalis Historia. Histoire Naturelle, livre XXXIII*. Texte établi, traduit et commenté par Hubert Zehnacker. Paris, Les Belles Lettres, 352 p.
- PLUTARQUE. 2003. *Vies. Caton, l'Ancien, Tome V*. Texte établi et traduit par E. CHAMBRY e R. FLACELIÈRE. Paris, Les Belles Lettres, 308 p.
- PORPHYRIONIS. 1874. *Commentarii In. Q. Horatium Flacum*. Recensuit Gulielmus Meyer. Lipsiae, Ed. Lipsiae, 216 p.
- SALLUSTE. 2003. *Catilinae. La conjuration de Catilina, La Guerre de Jugurtha, Fragments des Histoires*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris, Les Belles Lettres, 565 p.
- SCRIPTORES *Historiae Augustae. História Augusta*. 2012. Tradução do latim, introdução, notas e índice de Cláudia A. Teixeira, José L. Brandão e Nuno S. Rodrigues. São Paulo, Clássica Digitalia Brasil, 242 p.
- SENEQUE. 1957. *Epistulae Morales ad Lucilium. Lettres à Lucilius, Livres VIII-XIII*. Texte établi par F. Préchac et traduit par H. Noblot. Paris, Les Belles Lettres, 325 p.
- TACITE. 1990. *Annales, livres IV-VI*. Texte établi et trad. par Pierre Wuilleumier, revue et corrigée par H. Le Bonniec. Paris, Les Belles Lettres, 500 p.
- TITE LIVE. 1984. *Periochae. Abrégés des livres de l'Histoire Romaine de Tite-Live (70 – 142)*. Texte établi et traduit par Paul Jal. Paris, Les Belles Lettres, 234 p.
- VARRON. 1978. *Res Rusticae. Économie Rurale, livre I*. Texte établi, traduit et commenté par Jacques Heurgon. Paris, Les Belles Lettres, 277 p.
- VALERE MAXIME. 1995. *Factorum et Dictorum Memorabilium. Faits et dits mémorables, livres I-III*. Texte établi et traduit par R. Combès. Paris, Les Belles Lettres, 544 p.
- VALERIO MASSIMO. 1971. *Factorum et Dictorum Memorabilium. Detti e fatti memorabili*. Traduzione di Rino Faranda. Torino, Unione Tipografico/Editrice Torinese, 384 p.
- VITRUVÉ. 1990. *De architectura. De l'architecture, Livre I*. Texte établi, traduit et commenté par Ph. Fleury. Paris, Les Belles Lettres, 245 p.
- VITRUVÉ. 2004. *De architectura. De l'architecture, livre VI*. Texte établi, traduit et commenté par L. Callebat. Paris, Les Belles Lettres, 286 p.

Submetido: 02/07/2018

Aceito: 12/11/2018